



DISPUTAS, NEGOCIAÇÕES E HISTORICIDADE: POLÍTICAS CULTURAIS NA AMÉRICA LATINA DOS SÉCULOS XX E XXI

*Resenha: VILLAÇA, Mariana Martins; SCHMIEDECKE, Natália Ayo; GARCIA, Tânia da Costa (Org.). **Políticas culturais na América Latina: entre conflitos e negociações.** São Paulo: Editora Unifesp, 2023.*

Maria Luiza Franca Ramalho*

Recebido em: 06/09/2024

Aprovado em: 18/12/2024

A partir de quando a política cultural se tornou um objeto de estudo reconhecido? Na introdução da coletânea *Políticas Culturais na América Latina: Entre Conflitos e Negociações*, as organizadoras Mariana Martins Villaça, Natália Ayo Schmiedecke e Tânia da Costa Garcia – historiadoras brasileiras que vêm se debruçando sobre o assunto – apresentam uma concisa (e profícua) síntese sobre a investigação deste tema na área da História Latino-Americana. A organização da obra, lançada pela Editora Unifesp em 2023, partiu da constatação do escasso diálogo de historiadores com estudos produzidos em outros campos – o que se expressa na frequente utilização de “política cultural” e “políticas culturais” como termos autoexplicativos em estudos históricos – e, assim, levou em conta a preocupação de conjugar reflexões entre pesquisadores.

* Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (PPGH/UNESP). Foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Demanda Social (CAPES/DS) de agosto a dezembro de 2024.



Nessa perspectiva, o livro foi elaborado como “um espaço de diálogo entre analistas que compartilham algumas premissas comuns e, a partir delas, constroem seus diferentes objetos” (VILLAÇA; SCHMIEDECKE; GARCIA, 2023, p. 10) e contou com contribuições da musicóloga chilena Eileen Karmy, da musicóloga María Inés López e da socióloga Vanesa Garbero (ambas argentinas). As organizadoras e outros historiadores brasileiros, como Camilo de Mello Vasconcellos, Carolina Amaral de Aguiar, Miliandre Garcia, Samantha Viz Quadrat, Sílvia Cezar Miskulin e Tatyana de Amaral Maia também contribuíram com capítulos instigantes. É interessante observar que além dos países do Cone Sul que recebem mais destaque em estudos acadêmicos (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai), outros países da América Latina, como Cuba, Colômbia, Peru, México e República Dominicana estão presentes nas análises.

Contudo, antes de evidenciar as particularidades tanto da introdução, como dos doze estudos da coletânea, subdivididos em três grandes blocos (“Memórias em Conflito”, “Experiências, Debates e Negociações no Teatro, na Música e no Cinema” e “Intelectuais, Estado e Circuitos Alternativos”), cabe comentar brevemente sobre as historiadoras que organizaram este importante livro, bem como ressaltar algumas particularidades da introdução.

Mariana Villaça é doutora em História pela Universidade de São Paulo, onde também realizou pós-doutorado. É professora de História da América na Universidade Federal de São Paulo e coordena o Laboratório de Pesquisas em História das Américas (LAPHA). De sua autoria, os livros *Cinema Cubano: Revolução e Política Cultural* (2010) e *Polifonia Tropical: Experimentalismo e Engajamento na Música Popular – Brasil e Cuba, 1967-1972* (2004) são referência nos estudos sobre a cultura (e as políticas culturais) em Cuba. Ademais, a autora tem outros trabalhos essenciais, como os que são fruto de suas pesquisas acerca do cinema uruguaio da segunda metade do século XX.

Natália Ayo Schmiedecke é pós-doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora associada do Departamento em História da Universidade de Hamburgo, na Alemanha. Possui mestrado e doutorado em



História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Referência nos debates sobre as características estéticas, políticas e históricas do movimento da Nova Canção Chilena e sobre a política cultural do governo da Unidade Popular no Chile (1970-1973), é autora dos livros *Chilean New Song and the Question of the Culture in Allende Government: Voices for a Revolution* (2022) e “*Não Há Revolução sem Canções*”: *Utopia Revolucionária na Nova Canção Chilena, 1966-1973* (2015).

Tânia Garcia é professora livre-docente em História da América da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCHS-Unesp Franca) e do curso de Pós-Graduação em História da mesma instituição. É doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e tem vários trabalhos (entre artigos, capítulos e livros) publicados no Brasil e no exterior. Realizou estágios de pós-doutorado na USP, na Pontifícia Universidade Católica do Chile e no King’s College London. É autora de *O “it verde e amarelo” de Carmen Miranda (1930-1946)* (2005). Um de seus livros mais recentes, *Do folclore à militância: a canção latino-americana no século XX* (2021), é fruto de anos de seu valioso empenho na investigação sobre o desenvolvimento da canção popular no Cone Sul (especialmente na Argentina, no Brasil e no Chile).

Conforme mencionado anteriormente, convém destacar a provocativa *Introdução: Por Falar em Política Cultural*. Ao apresentarem a coletânea, Garcia, Schmiedecke e Villaça criticam algumas lacunas em relação ao trato do tema na historiografia, expõem uma síntese das principais correntes interpretativas que conformaram o debate na América Latina – mencionando alguns autores: Néstor García Canclini, José Joaquín Brunner, Ana María Ochoa Gautier e o recente trabalho de Renata Rocha –, e buscam situar o leitor em relação às premissas e definições que orientam os trabalhos reunidos no livro.

As políticas culturais entraram nas agendas políticas e acadêmicas na segunda metade do século XX, conectadas com o trabalho desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no plano internacional. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos



instituiu a cultura como um direito, e, a partir de 1969, a Unesco passou a publicar os fascículos da coleção *Studies and Documents on Cultural Policies*. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, foram lançados diversos textos sobre as políticas culturais dos Estados membros, enfocando o modo como elas estavam sendo planejadas e realizadas – documentação esta que deixa entrever uma concepção de política cultural associada diretamente à ação governamental.

De acordo com Garcia, Schmiedecke e Villaça, a superação desta perspectiva de análise – de descrição e enumeração burocrática de instituições estatais e atividades culturais em âmbito nacional – foi corroborada pela importância que os agentes sociais e as instituições supranacionais tiveram nos processos de redemocratização na América Latina. Dessa maneira, em 1980, a criação do Grupo de Trabalho em Políticas Culturais do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) apontou para novos caminhos. Entre os autores que fizeram parte do GT da Clacso, as organizadoras da coletânea destacam os trabalhos do antropólogo argentino Néstor García Canclini e do sociólogo chileno José Joaquín Brunner no que se refere à formulação de conceitos de “política cultural”.

Se Canclini enfatiza a busca de um “consenso” imanente às políticas culturais, vistas como um “conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social” (GARCÍA CANCLINI, 1987, p. 26), já Brunner as concebe como um campo de *disputas*.¹ O sociólogo chileno entende as políticas culturais como “tentativas de intervenção deliberada, com os meios apropriados, na esfera da constituição pública, macrossocial e institucional da cultura, com o fim de obter os meios buscados”

¹ Conforme as autoras, os textos destes pesquisadores devem ser compreendidos como tentativas de intervenção na formulação de políticas governamentais. Entretanto, é necessário pontuar que as organizadoras discordam de interpretações que apenas enfatizam a diferença entre as abordagens dos autores – como a de Renata Rocha (2016) que reconheceu uma tendência “formalista” em Brunner e uma antagônica tendência “crítica” em García Canclini –, tendo em vista que eles compartilharam várias ideias através do trabalho no GT da Clacso.



(BRUNNER, 1988, p. 268), e salienta que estas procuram criar marcos constitucionais de possibilidades para que agentes possam expressar e materializar seus interesses e assegurar a existência e a expansão da diversidade cultural (VILLAÇA; SCHMIEDECKE; GARCIA, 2023, p. 15).

Assim, longe de dizer respeito apenas às questões burocrático-governamentais, a política cultural pode ser formulada por distintos grupos e múltiplos agentes. Nessa direção, outra elaboração realçada pelas organizadoras é a de Ana María Ochoa Gautier. A etnomusicóloga colombiana concebe a política cultural como a mobilização da cultura levada a cabo por diferentes agentes “com a finalidade de transformação estética, organizacional, política, econômica e/ou social” (OCHOA GAUTIER, 2003, p. 20).²

Com este balanço fundamental, outra característica interessante da introdução é a ordenação de cinco principais premissas que orientaram os estudos reunidos na coletânea. A primeira diz respeito a uma questão fundamental no trabalho de historiadores: o empírico não pode ser submetido à imposição de categorias *a priori*. As autoras assinalam que, ao tratar de políticas culturais, o historiador não pode renunciar à *historicidade* e, assim, deve ter como preocupação a análise do objeto focado em seu contexto histórico. A segunda premissa refere-se ao distanciamento da análise de pesquisadores com a de gestores culturais. Estes últimos apontam “acertos”, “erros” e caminhos, já aos historiadores (e demais pesquisadores) não interessa buscar o que deveria ser. Desse modo, as autoras apontam que se tornem explícitos os lugares de fala.

Na terceira premissa, elas dialogam com um diagnóstico de Hernando Pulido Londoño. O historiador colombiano concluiu que a escolha das políticas culturais como tema na historiografia sobre países latino-americanos (na primeira metade do século XX) partiu de uma questão central: o papel da cultura

² Segundo as autoras, Ochoa também traz à tona o “jogo de significações” entre os termos *cultural policy*, *cultural politics* e *políticas culturais*, alegando que, em espanhol, o sentido de “políticas culturales” exprime frequentemente uma prática política concreta de programas e projetos relacionados com a “mobilização do simbólico entendido como expressões artísticas” (VILLAÇA; SCHMIEDECKE; GARCIA, 2023, p. 17). À vista disso, esta última concepção estaria mais próxima do termo *cultural policy*, ao passo que a ênfase no “político do cultural” corresponderia ao termo *cultural politics*.



nos conflitos e *negociações* em torno do exercício e da distribuição social do poder. Nessa lógica, as organizadoras evidenciam que o enfoque da obra é justamente “as disputas e negociações implicadas na formulação e aplicação das políticas culturais, levando em conta seu caráter plural e os múltiplos agentes e circuitos envolvidos” (VILLAÇA; SCHMIEDECKE; GARCIA, 2023, p. 19).

A quarta premissa leva em conta que a política cultural também se situa no campo da política, pensada no livro a partir de perspectivas da chamada História Política Renovada. Dessa maneira, os ensaios também buscam refletir como as políticas culturais participam das lutas políticas, considerando que estas são travadas inclusive no âmbito dos discursos, práticas e representações próprios do “teatro da política”. E, por sua vez, a quinta premissa realça o sentido amplo de “cultura” – tendo em vista o consenso de que a definição de política cultural depende na noção de cultura que a embasa –, demonstrando que recortes semânticos e metodológicos devem ser feitos a partir de cada problema que se pretenda investigar.

Como já citado, o livro está dividido em blocos que reúnem trabalhos análogos. O primeiro, “Memórias em Conflito”, contém trabalhos que enfatizam a memória como objetivo e motivação constante de políticas culturais durante e após o fim das ditaduras militares da segunda metade do século XX. Os três primeiros capítulos, “Lugares de Repressão, Solidariedade e Resistência na América Latina e Caribe”, “Memória e Patrimônio: Debates em torno do Ex-Centro Clandestino de Tortura e Extermínio La Perla (Córdoba, Argentina)” e “Memórias em Tempos de Conflito: Política Cultural e Museus na Colômbia”, escritos, respectivamente, por Samantha Quadrat, Vanesa Garbero e Camilo Vasconcellos, abordam questões referentes às formulações de políticas culturais em torno de espaços de memória (como ex-centros de detenção e museus), permeados por tensões e lutas por verdade e justiça.

Quadrat nos oferece um panorama sobre a criação (e/ou apropriação) de lugares de memória onde temas como a resistência e a violência (física e psicológica) estão presentes, em países como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia,



México, Peru e República Dominicana. Garbero apresenta um minucioso estudo de caso sobre o Espaço para Memoria y Promoción de los Derechos Humanos, criado na cidade de Córdoba, em 2009, enfocando o projeto museográfico em torno deste ex-CCD (Centro Clandestino de Detenção) argentino. Seguindo as discussões museográficas, Vasconcellos discorre sobre a recente batalha em torno do projeto de criação do Museu Nacional de Memória (MNH), aprovado em 2011, e reflete sobre usos do passado na Colômbia contemporânea. Já no último capítulo desta primeira parte, intitulado “Samba, Memória e Identidades sob a Ditadura Militar: O Projeto Lúcio Rangel e a Fundação Nacional de Arte”, Tânia Garcia apresenta reflexões sobre a relação entre memória e política cultural durante a ditadura militar brasileira, verificando como foram criados “projetos de monumentalização” de compositores e repertórios na Divisão de Música Popular da Funarte.

Os capítulos do segundo bloco, intitulado “Experiências, Debates e Negociações no Teatro, na Música e no Cinema”, têm como principal característica elucidações sobre as relações entre meios de comunicação de massa, produtores culturais e Estado na formulação, mediação e aplicação de políticas culturais. Miliandre Garcia, em “As Políticas Culturais no Âmbito do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e suas influências sobre as Ações Culturais no Serviço Nacional de Teatro (SNT) (anos 1970)”, tem como foco os contornos da política cultural do Estado voltada ao teatro diferentes momentos da ditadura no Brasil. Em “Políticas Culturais e Cinema na Unidade Popular: Debates em torno da Chile Films”, Carolina Aguiar aborda as polêmicas em torno da definição de uma política cinematográfica correspondente ao projeto socialista do governo de Salvador Allende no Chile. Tanto Eileen Karmy, em “Onde Estão os Músicos? Políticas Culturais para a Música Chilena: O Caso de Valparaíso ante a Chegada do Cinema Sonoro”, como María Inés López, em “Lei Nacional de Música: Construção Coletiva de Modelos Alternativos de Produção, Circulação e Fomento na Argentina”, elucidam tensões entre a sociedade, instituições e o



Estado, evidenciando as atividades musicais e a elaboração e recepção de políticas culturais.

| 405

Os quatro capítulos do terceiro e último bloco, intitulado “Intelectuais, Estado e Circuitos Alternativos”, explanam as divergências e polêmicas que atravessam o campo da cultura e o lugar de intelectuais nos conflitos envolvendo projetos em torno de políticas culturais. Em “Políticas Culturais na Ditadura Civil-Militar Brasileira: os Intelectuais da Cultura e o Projeto Modernista-Conservador (1967-1975)”, Tatyana Maia sintetiza a investigação sobre a política de financiamento de projetos culturais do Conselho Federal de Cultura feita em sua tese de doutorado, ressaltando a complexidade da participação civil no interior do Estado ditatorial. Sílvia Miskulin, em “Políticas Culturais em Cuba nos Anos 1960 e 1970”, mapeia as mudanças da política cultural governamental de 1959 até a promulgação da Constituição de 1976, trazendo à tona o “Caso Padilla”, a *parametrización* e a relação entre os intelectuais e o governo cubano.

Fruto de uma parte da análise presente em sua tese, em “Lo Que Hay y lo Que Falta”: o Debate sobre Políticas Culturais na Revista Chilena *La Quinta Rueda* (1972-1973), Natália Schmiedecke explicita como a fonte periódica em questão, publicada pela Editora Nacional Quimantú (estatizada durante o governo da Unidade Popular), além de falar sobre o tema da política cultural, pode ser vista como um “mostruário” das políticas culturais desenvolvidas por diversos agentes durante a chamada “experiência chilena”. No último capítulo da coletânea, “A Política Cultural Fomentada pelo Periódico *Marcha* no Uruguai dos Anos 1960 e a Constituição de um Circuito Cultural de Resistência Política”, Mariana Villaça também trabalha com a imprensa e aponta como a atuação do *Marcha* demonstra como a política cultural é parte dos conflitos (e não apenas arena dos conflitos). A historiadora destaca que a forte inserção do periódico uruguaio no campo cultural está vinculada aos seus posicionamentos e à afirmação de um circuito de resistência frente ao autoritarismo do governo a partir de 1967.



Em suma, sublinho que cada capítulo presente nesta coletânea é essencial para quem se interessar pela construção, mediação, aplicação, reformulação e historicidade(s) das políticas culturais em países da América Latina durante os séculos XX e XXI. O livro veio suprir uma lacuna na historiografia e já se trata de um aporte fundamental, pois seus doze capítulos (e profícua introdução) apresentam instigantes abordagens teórico-metodológicas sobre o assunto.

Referências Bibliográficas

BRUNNER, José Joaquín. **Un espejo trizado**. Ensayos sobre cultura y políticas culturales. Santiago: FLACSO, 1988.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: GARCÍA CANCLINI, Néstor (Org.). **Políticas Culturales en América Latina**. Buenos Aires: Grijalbo, 1987, p. 13-59.

OCHOA GAUTIER, Ana María. **Entre los deseos y los derechos**: un ensayo crítico sobre políticas culturales. Bogotá: ICANH, 2003.

PULIDO LONDOÑO, Hernando. Políticas culturales: la producción historiográfica sobre América Latina en la primera mitad del siglo XX. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, Bogotá, v. 44, n.1, p. 363-391, jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-24562017000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 ago. 2024.

ROCHA, Renata. Políticas culturais na América Latina: uma abordagem teórico-conceitual. **Políticas Culturais em Revista**, v. 9, n. 2, p. 674-703, 2016. Disponível em:



<<https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/16765>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

| 407 VILLAÇA, Mariana Martins; SCHMIEDECKE, Natália Ayo; GARCIA, Tânia da Costa (Org.). **Políticas culturais na América Latina**: entre conflitos e negociações. São Paulo: Editora Unifesp, 2023.